



Cabe esclarecer que o gráfico acima inclui, nos gastos com a dívida, a totalidade dos juros e amortizações pagos em 2012, conforme dados oficiais da contabilidade pública consolidados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal- SIAFI. Alguns especialistas defendem, equivocadamente, que a parcela referente às amortizações pagas com recursos advindos da venda de novos títulos (denominadas "refinanciamento" ou "rolagem" da dívida) não deveriam ser computados, por se tratar de dívida paga com dívida. Trata-se de avaliação totalmente equivocada, por diversas razões:

- em primeiro lugar, o governo contabiliza, na rubrica "Amortizações", grande parte do valor dos juros nominais efetivamente pagos;
- adicionalmente, o próprio SIAFI considera a "rolagem" como gasto com a dívida pública, tendo em vista que os recursos obtidos com a venda de títulos poderiam, em tese, se destinar a outros investimentos, conforme prevê a Lei 10.179/2001:

*Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a emitir títulos da dívida pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, com a finalidade de:*

*I - prover o Tesouro Nacional de recursos necessários para cobertura de seus déficits explicitados nos orçamentos ou para realização de operações de crédito por antecipação de receita, respeitados a autorização concedida e os limites fixados na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais;*

Se for devidamente enfrentado o problema da dívida pública, que tem absorvido tantos recursos em todos os âmbitos de governo (federal, estadual e municipal), não faltarão recursos para o atendimento às demandas sociais.

O Equador comprovou tal assertiva. Em 2007, o Presidente Rafael Correa criou, por meio Decreto Executivo nº 472, a Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público, que auditou a dívida pública com participação da sociedade civil. Considerando que o relatório da auditoria realizada indicava inúmeras ilegalidades e ilegitimidades no processo endividamento externo daquele País- bastante semelhantes às encontradas no endividamento brasileiro e de outros países da América Latina - o governo equatoriano conseguiu anular cerca de 70% da dívida externa com os bancos privados internacionais (Bonos Global 2012 e 2030), o que possibilitou expressivo aumento nos investimentos em educação, saúde, transportes, entre outros, como mostra o gráfico seguinte:

